Dezembro de 2006, foi autorizada, após bom cabimento de 14 de Dezembro de 2006, a contratação, nos termos do artigo 8.º, dos n.ºs 1 e 3 do artigo 12.º e do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, em regime de contrato administrativo de provimento, na equiparação à categoria de assistente, no Departamento de Engenharia Mecânica, em regime de tempo integral e em dedicação exclusiva, da carreira docente do ensino superior politécnico, no Instituto Superior de Engenharia deste Instituto, do mestre Celestino Tavares da Veiga, pelo período com início em 1 de Janeiro e término em 30 de Setembro de 2007, ficando com a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100.

26 de Abril de 2007. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 9863/2007

No âmbito do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e por força do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Prof. Doutor José Manuel Torres Farinha, de 4 de Setembro de 2006, foi autorizada, após bom cabimento, a renovação da contratação, nos termos do artigo 8.º, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º e do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, em regime de contrato administrativo de provimento, como equiparado à categoria de assistente no Departamento de Engenharia Mecânica, em regime de tempo parcial, 50%, e em acumulação, da carreira docente do ensino superior politécnico, no Instituto Superior de Engenharia deste Instituto, de José de Almeida Cruz, pelo período com início em 1 de Outubro de 2006 e término em 30 de Setembro de 2008, ficando com a remuneração mensal proporcional ao número total de horas de serviço contratualmente fixado nos termos do n.º 5 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 69/88, de 3 de Março, na directa correspondência com o escalão 1, índice 100.

26 de Abril de 2007. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Despacho (extracto) n.º 9864/2007

Por despacho de 13 de Abril de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foram autorizadas as contratações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria dos seguintes docentes:

Vera Cristina Filipe Martins, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (60%), no período compreendido entre 16 de Abril e 31 de Julho de 2007.

Filipe Manuel da Conceição Lopes, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (50%), no período compreendido entre 16 de Abril e 31 de Julho de 2007.

13 de Abril de 2007. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 9865/2007

Por despacho de 13 de Abril de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foram autorizadas as prorrogações das contratações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria dos seguintes docentes:

Alexandrino José Marques Gonçalves, com a categoria de assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, no período compreendido entre 21 de Abril de 2007 e 20 de Abril de 2008.

Carlos Alberto da Silva Sanches de Campos, com a categoria de assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, no período compreendido entre 21 de Abril de 2007 e 20 de Abril de 2008.

Maria Micaela Gonçalves Pinto Dinis Esteves, com a categoria de assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, no período compreendido entre 12 de Maio de 2007 e 11 de Maio de 2008.

13 de Abril de 2007. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 9866/2007

Por despacho de 22 de Abril de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a equiparação a bolsheiro no estrangeiro a Júlio Alberto Silva Coelho, presidente do conselho directivo da Escola Superior de Tecnologia do Mar, do Instituto Politécnico de Leiria, no período de 25 a 28 de Abril de 2007.

22 de Abril de 2007. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Aviso n.º 9572/2007

1 — Nos termos do artigo 27.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 15 de Março de 2007, e pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, se encontra aberto concurso interno de acesso geral para o recrutamento de 11 assistentes administrativos especialistas em regime de contrato administrativo de provimento ou comissão de serviço extraordinária para os Serviços Centrais e unidades orgânicas que integram este Instituto para a área funcional administrativa.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o preenchimento dos lugares indicados e para as vagas que ocorrerem durante o prazo de um ano após publicação da lista de classificação final.

3 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 427/89, de 7 de Dezembro, 307/87, de 6 de Agosto, 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, e legislação complementar.

4 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se no distrito de Lisboa.

5 — Requisitos especiais de admissão — possuir três anos na categoria de assistente administrativo principal e classificação de serviço não inferior a *Bom*.

6 — Os métodos de selecção a utilizar serão a prova de conhecimentos específicos, a entrevista profissional de selecção, cujos regulamentos, aprovados pelo despacho n.º 5606/2006, de 20 de Janeiro, se encontram publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 9 de Março de 2006, e a avaliação curricular.

6.1 — A prova de conhecimentos tem carácter eliminatório e incidirá sobre as matérias constantes do programa aprovado pelo despacho conjunto n.º 323/2006, de 6 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 71, de 10 de Abril de 2006, cujo enunciado se transcreve:

«V — Assistente administrativo:

a) Conhecimentos gerais sobre:

- i) Órgãos de soberania;
- ii) O princípio da separação de poderes;
- iii) A hierarquia das leis;
- iv) Estrutura orgânica do Governo;
- v) Regime jurídico da função pública;
- vi) Código do Procedimento Administrativo;
- vii) Medidas para a modernização administrativa;
- viii) Enquadramento legal do ensino superior politécnico;
- ix) Sistema de acção social no ensino superior;

b) Área académica:

- i) Matrículas e inscrições;
- ii) Regimes especiais: reingressos, mudança de curso e transferências;
- iii) Graus académicos;
- iv) Propinas e emolumentos;
- v) Regulamentos específicos à organização académica;

c) Área de recursos humanos:

- i) Recrutamento e selecção;
- ii) Constituição, modificação e extinção da relação jurídica;
- iii) Regime de duração e horário de trabalho;
- iv) Quadros e carreiras, pessoal docente e não docente;
- v) Cessação de funções;
- vi) Benefícios sociais: ADSE, subsídios e outros;
- vii) Acumulações e incompatibilidades;

d) Área financeira:

- i) Noção de contabilidade pública;
- ii) Despesas e receitas públicas;
- iii) Orçamento do Estado: noção, elaboração e sua execução;
- iv) Requisitos para a elaboração das despesas públicas, dotação orçamental, noção de cabimento e regime duodecimal;
- v) Competência para autorização de despesas;
- vi) Principais tipos de documentos: noção, identificação e classificação;

e) Área de aprovisionamento e património:

- i) Bens do Estado: inventário e cadastro, aquisição, venda e aquisição;
- ii) Gestão de *stocks*;
- iii) Contratos de fornecimento e arrendamento;